

Ata da Reunião - GAEPE-MT – 15.03.23

Aos quinze dias do mês de março o do ano de 2023, às 9h07, realizou-se a reunião híbrida do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação - GAEPE, no estado de Mato Grosso, estavam de forma presencial: Conselheiro Antonio Joaquim; Dra Cassyra Lucia Vuolo, Interlocutora do TCE-MT para o Gaepe-MT; Volmar Bucco, auditor TCE-MT e Luciana Silva Oliveira de Paula, Apoio Administrativo do Gabinete do Conselheiro Antonio Joaquim. Estavam presentes de forma on-line, Regianne Renovato, Denise Suszeck, chefe de Gabinete Cons. Antonio Joaquim; Dr Miguel Shensharenko e Dra Patrícia Dower, representando o Ministério Público de Mato Grosso; Des. Maria Erotildes, representando o Tribunal de Justiça; Dr Tulio Dualib, representando a presidente do Tribunal de Justiça, Dr Gustavo Dechamps representando Ministério Público de Contas; Sra Rafaella Navas, assessora secretário de Educação, Sra Valeria e o Sr Daniel Monteiro, representando o Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso; Raine Nunes, secretária representando a Associação Mato-grossense dos Municípios; Alexandre dos Anjos e Debora Predotti, representando a Universidade Federal de Mato Grosso; Edemar Jorge Kamchen e Sra Eva Santos, representando a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação do Estado de Mato Grosso; Eduardo Ferreira da Silva, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação do Estado de Mato Grosso; Sandra Donatto, membro da Diretora Regional de Educação de Sinop; Sr Deputado Thiago Silva, representando a Assembléia Legislativa; Barbara Lopes e Ana Laura, representando a Defensoria Pública; Alessandra Gotti e Ismar Barbosa Cruz, representando o Instituto Articule. Os demais representantes que não participaram, justificaram a ausência.

1) O que foi discutido:

Iniciou a presente reunião com os cumprimentos do Conselheiro Antonio Joaquim. Aproveita para mencionar a presença da Desembargadora Maria Erotildes e demais participantes presentes na reunião. A Dra. Alessandra cumprimenta a todos, e abre a pauta do dia percorrendo sobre a reunião passada no sentido de elaborar um questionário pra captar o atendimento em creche sobretudo. Com isso teremos uma base de dados bastante robusta pra avançar nessa pauta. Também avançamos e aqui só pra fazer um uma retrospectiva do que nós fizemos na última reunião. E de lá pra cá nos grupos de trabalho avançamos na elaboração de uma nota técnica que teve aqui uma participação e que foi bastante enriquecida por sugestões e já fazer o agradecimento ao doutor Miguel, que fez várias sugestões de aprimoramento a nota técnica, mas que também tiveram aí várias sugestões dadas pela doutora Patrícia pelo próprio Eduardo e a Sandra da UNDIME, pela UFMT, pelo professor Alexandre Além da Waldina da AMM. E que é realmente uma ação que tem dado muito resultado em Rondônia e que foi levada a conhecimento do Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do precedente ano passado pela Confederação Nacional dos Municípios. E temos ainda também como oportunidade isso tudo dentro do bojo desse pacto, avaliar a possibilidade de criar um sistema de gerenciamento da demanda. Me parece que que essa sugestão do doutor conselheiro é um

excelente ponto de partida pra além de criarmos um trabalho bastante referencial no Mato Grosso após o julgamento do STF também por essas ações que a ATRICON e IRB tem conduzido e os GAEPEs são grandes ambientes nos quais a gente busca convergir boas práticas, pra que tenham resultados mais efetivos. Então fica aqui aberta essa sugestão do conselheiro Antônio Joaquim para que possamos focar no pacto na primeira infância. Todas essas relacionadas à primeira infância que certamente fariam parte do bojo desse pacto além de outros que possamos vir a agregar a ela. Passou a palavra ao Drº Miguel Silhensharencio que por sua vez agradeceu a presença de todos e ressaltou a importância de termos o foco em apenas um ponto, no caso da primeira infância, pois ela é capaz de arrastar outras demandas e outras ações a exemplo da alfabetização, que ocorre até o terceiro ano do ensino fundamental (conforme o plano nacional). Com a fixação desse objetivo, arrasta outros demais objetivos que gera ações que a gente consegue realizar também pra tornar uma utilidade nesses dois últimos anos de plano nacional de educação, justamente porque a própria meta 01. Ela se quer teve uma projeção de cumprimento em todo o país. Frisou ainda que por ser a primeira que abre o plano, tiveram uma projeção de cumprimento em todo o país. Os 50% até o final de 2024 está bem longo é bem distante de ser atingido. Disse ainda, que em Mato Grosso é preciso elevar esse percentual, nem que seja o mais aproximado possível de como está o percentual de atendimento da oferta de vagas. Onde algumas estatísticas têm o percentual de 34%, sendo uma média, de uma auditoria do TCE feita em 2021, sendo preocupante esses dados. Pediu para mantermos o foco nessa temática apoiando a decisão elencada pelo conselheiro Antonio Joaquim. Alessandra tornou a dizer sobre o percentual de atendimento, dizendo o percentual nacional que é 37% com base nos últimos dados e de Mato Grosso é 31,74% por cento e temos um percentual de 28% de crianças que precisariam estar nas creches, segundo esse índice de necessidade de creche feito pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e que não estão. A pesquisa só foca na zona urbana, ou seja, ficamos na invisibilidade com relação a zona rural que o desafio é ainda maior. Desses 28%, 23,9% são de famílias pobres, residentes na zona urbana e 4,9% filhos de mães economicamente ativas. E um percentual importante para ficarmos atentos a ele, um percentual que está muito abaixo do nacional de crianças acolhidas em pré-escola, Mato Grosso está com o percentual de 76%. Ou seja, precisamos avançar muito com relação a esse indicador e é importante, a respeito da alfabetização. Já que temos essa janela de 0 a 6 anos que é nacionalmente uma questão que a gente precisa avançar e que poderia também fazer parte desse pacto. Como uma das ações a ser monitoradas no Mato Grosso, sendo assim o primeiro estado a focar com dados bastante efetivos e com esse questionário que vamos fazer com o apoio da AMM, da UNDIME, de todas as organizações com a oportunidade de refinar esses dados. O conselheiro Antonio Joaquim, finalizou citando os integrantes do grupo de trabalho do questionário de coleta de dados, a importância do pacto pela primeira infância e a citação da importância do artigo do conselheiro Fabricio Mota, TCM-GO, O que podemos fazer pela educação? onde cita o Gaepe como instrumento de coordenação e efetivação de todas as instituições em prol da educação. Passou a palavra a desembargadora Maria Erotildes, vice-presidente do Tribunal de Justiça, que por sua vez cumprimentou a todos e disse estar todos envolvidos, e ficou de fazer o levantamento das ações por fila de espera em creche e escolas no município, que será entregue em próxima reunião. Dr Gustavo pediu a palavra e fez uma contribuição ao questionário, o qual submeteu a apreciação deliberativa, em saber a quantidade de educadores, saber a relação ideal entre quantidade de crianças x

educadores, além da qualificação deles, sendo necessário para o desenvolvimento para a qualificação dos profissionais. Foram sugeridos a inclusão de dois itens ao questionário, sendo pergunta sobre a inclusão de crianças com necessidades especiais e a quantidade de professores e a qualificação desses profissionais. O sr Eduardo colocou que se for para colocar esses dois itens, tem que ser mais abrangente, visto que se colocar como estão sugerindo será insuficiente a coleta dos dados. E optaram por focar em somente a fila de espera, onde será em próxima oportunidade, o levantamento de novos dados para os demais assuntos abordados. Em síntese a reunião foi muito produtiva, no sentido de garantir o direito a educação das crianças na primeira infância, aprovação do questionário, onde terá um retrato mais fiel das ofertas e demandas nos municípios e fila de espera em creches, levantamento de dados judicializados em vaga nas creches e na Nota Técnica referencial na transparência da fila de espera e ordenação da fila de espera, pautada por critério socioeconômico.

1. O que foi discutido e deliberado:

1. Marcar em breve reunião do grupo de trabalho, para elaboração do Pacto para apresentar na próxima reunião do GAEPE-MT, dia 12/04; marcar essa reunião o quanto antes;
2. Pacto pela Infância em Mato Grosso, definição da data do evento presencial, dia 17 de maio - Lançamento do Pacto pela Primeira Infância nos três eixos creche pré-escola e alfabetização;
3. Levantamento de dados judicialização por vagas em creches;
4. Nota Técnica transparência e ordenação na fila de espera pautada pela vulnerabilidade;
5. Reunir para poder delimitar o conteúdo do pacto, principiológico dentro dos três eixos, creche, pré-escola e alfabetização;
6. Definir até o dia 31 de março quem/parceiros que irão subscrever a Nota Técnica;
7. Pauta do dia 12 de abril do Gaepe-MT: Apresentação dos dados das Judicialização, pelo Tribunal de Justiça e a Alfabetização (Projeto Alfabetiza - dados da primeira infância) e as ações que estão no bojo desse programa, pela Seduc-MT e apresentar o esboço do Pacto pela Primeira Infância.

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por Luciana Silva Oliveira de Paula, Apoio Administrativo do Gabinete do Conselheiro Antonio Joaquim no TCE-MT e revisada por Cassyra Lucia Correa Barros Vuolo, Interlocutora e Consultora Técnica para os assuntos da Educação do Comitê Temático da Educação e GAEPE do TCE/MT. O referido é verdade e dou fé.